

FLORES DA RESISTÊNCIA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE BATAYPORÃ – MS

Taís Trindade Avelino¹

RESUMO

O estudo explora o protagonismo feminino na formação dos Projetos de Assentamentos rurais (PAS) São Luiz, (PAS) São João e (PAS) Mercedina, no Município de Batayporã, Estado de Mato Grosso do Sul, destacando a invisibilização historiográfica dessas mulheres, mesmo sendo agentes centrais na construção e organização comunitária. A pesquisa, fundamentada em metodologia qualitativa e história oral, aborda as vivências de mulheres socialmente e politicamente ativas, revelando suas contribuições na luta pela terra e na transformação dos espaços rurais. A partir de um enfoque de gênero, o estudo evidencia como essas mulheres enfrentaram e desafiaram normas patriarcais, conciliando trabalho agrícola, tarefas domésticas e liderança comunitária. Além disso, destaca as dificuldades enfrentadas no contexto das ocupações, como a precariedade das condições de vida e a sobrecarga de responsabilidades. Os relatos coletados revelam estratégias de resistência baseadas em solidariedade e redes de apoio, essenciais para a sobrevivência e o fortalecimento coletivo. O estudo também analisou o impacto da participação econômica das mulheres, especialmente em feiras locais, como um fator crucial para sua autonomia e bem-estar. Essa inserção promoveu o reposicionamento do poder de decisão no âmbito familiar e social, reafirmando sua relevância no desenvolvimento socioeconômico local. A pesquisa contribui para o reconhecimento do papel das mulheres rurais na história oficial, ampliando a compreensão sobre sua atuação e fortalecendo a luta por justiça social e igualdade de gênero. Ressalta-se a importância de políticas públicas e iniciativas que valorizem essas contribuições e promovam transformações estruturais no campo.

Palavras-chave: Mulheres rurais; assentamentos; gênero; protagonismo feminino.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de "assentamento rural" abordado por Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Pereira Leite (2004), revela-se mais complexo do que uma simples alocação de terras, evidenciando-se como um espaço de transformação social e política. Embora os autores reconheçam o papel dos assentamentos na promoção do acesso à terra e na redução das desigualdades, o termo pode ser

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - (UFMS), Câmpus de Nova Andradina.

criticado por, muitas vezes, ser associado a uma perspectiva estatal que limita a autonomia das comunidades assentadas, ao focar mais na regularização fundiária do que no fortalecimento das dinâmicas sociais e produtivas locais. Assim, os assentamentos não deveriam ser vistos apenas como políticas de reforma agrária, mas como territórios vivos, nos quais se desenvolvem novas formas de organização social, resistência e protagonismo, especialmente quando considerados sob a ótica de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Bernardo Mançano Fernandes (2000) destaca que o MST surgiu no final da década de 1970, em um período marcado pela redemocratização brasileira e pelas tensões geradas pela modernização do campo, que intensificaram as desigualdades sociais e a concentração fundiária. Formalizado em 1984, durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em Cascavel, Paraná, o movimento foi fruto da articulação de trabalhadores rurais, pequenos agricultores e organizações vinculadas à Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O autor enfatiza que o MST não apenas consolidou a luta pela reforma agrária, mas também transformou essa mobilização em um projeto de justiça social e reorganização do campo brasileiro.

No contexto do Município de Batayporã, cidade localizada no interior de Mato Grosso do Sul, os Projetos de Assentamentos (PAS) São Luiz, (PAS) São João e (PAS) Mercedina surgiram como parte desse movimento. Terras originalmente pertencentes a proprietários de grandes fazendas, muitas vezes subutilizadas, foram redistribuídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para trabalhadores rurais, como política de reforma agrária.

No entanto, a narrativa histórica desses assentamentos frequentemente destaca o protagonismo masculino, ignorando as mulheres como agentes essenciais na construção e organização dessas comunidades.

Joan Scott (2016, p. 45) argumenta que “ Gênero não é apenas uma categoria de análise, mas uma ferramenta crucial para entender como as desigualdades se articulam”. Essa perspectiva é fundamental para compreender as dinâmicas sociais e históricas que moldaram a vivência das mulheres nos assentamentos rurais. Por meio da análise de gênero, torna-se possível desvendar como essas mulheres transcenderam o papel tradicionalmente imposto a elas, não apenas resistindo às adversidades, mas também transformando o espaço social que

ocupam.

Em contextos marcados pela luta pela terra e pela sobrevivência, as mulheres não foram meramente coadjuvantes; ao contrário, atuaram como agentes centrais na organização comunitária, no sustento familiar e na construção de uma identidade coletiva baseada na solidariedade e na resistência. Assim, o uso do gênero como ferramenta analítica permite evidenciar não apenas as desigualdades enfrentadas, mas também a capacidade dessas mulheres de se afirmar como protagonistas de suas histórias e de sua comunidade.

A escolha de Batayporã como cenário da pesquisa está diretamente ligada à minha vivência como pesquisadora residente no município, cuja história compartilho em parte com a comunidade local. Esse contexto permite um olhar mais próximo e comprometido com a realidade da região, sendo fundamental para compreender os processos históricos que moldaram a formação dos assentamentos e a atuação das mulheres rurais na luta pela reforma agrária e pelo fortalecimento da identidade local.

Este trabalho objetiva, portanto, recuperar, formalizar e elucidar as contribuições das mulheres nos Projetos de Assentamentos rurais de Batayporã, abordando suas experiências e trajetórias a partir de depoimentos coletados in loco nos (PAS) São Luiz, (PAS) São João e (PAS) Mercedina. A pesquisa utilizou fontes orais das moradoras socialmente e politicamente ativas nestes assentamentos para analisar as trajetórias passadas e atuais em busca de uma reflexão sobre as relações de gênero, evidenciando como as mulheres, muitas vezes marginalizadas na história oficial, desempenharam papéis cruciais na formação e desenvolvimento desses assentamentos, desafiando normas sociais e reconfigurando os espaços rurais a partir de suas próprias práticas e lutas.

Portanto buscar-se-á entender de que modo se deu a participação das mulheres na criação destes assentamentos; as dificuldades encontradas em um recorte de gênero, com foco na invisibilidade gerada por serem retratadas de forma simplificada, limitando-se ao trabalho doméstico ou à função de apoio no campo; e a atual participação destas mulheres no cenário sociopolítico dos assentamentos.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo, complementado por uma revisão de literatura, buscando articular a análise teórica e a investigação empírica de forma integrada. A abordagem teórica oferece o embasamento conceitual necessário para a interpretação crítica da realidade estudada, enquanto o

trabalho de campo permite o contato direto com as experiências e vivências das participantes, possibilitando uma compreensão mais ampla e aprofundada do tema investigado.

2 METODOLOGIA

Como residente do (PAS) São João e tendo proximidade com as mulheres dos (PAS) vizinhos, surgiu a proposta de realizar entrevistas gravadas em áudio com aquelas que participaram, direta ou indiretamente, do movimento de reforma agrária no município de Batayporã desde seu início.

A escolha da metodologia qualitativa foi determinada pela busca de compreender as experiências subjetivas dessas mulheres, a partir de suas próprias vivências e contextos. O critério para a seleção das entrevistadas foi sua participação no processo de formação dos projetos de assentamentos, dado o papel central que essas mulheres desempenharam na luta e na construção dos mesmos. Como afirma Maria Ignez Paulilo (2002), a história oral oferece uma poderosa ferramenta para dar visibilidade a experiências de grupos e indivíduos cujas histórias foram marginalizadas nas narrativas oficiais.

O convite às mulheres foi feito de maneira informal, por meio de conversas cotidianas, criando um vínculo de confiança essencial para o compartilhamento de vivências pessoais. No entanto, foram elaboradas cartas de cessão de direitos sobre os depoimentos gravados em áudio que estão sob minha responsabilidade enquanto pesquisadora, assegurando o cuidado ético e metodológico na condução das entrevistas e no tratamento das narrativas compartilhadas. Para preservar a identidade e a privacidade das entrevistadas, cada relato será identificado com um nome fictício de flor.

A escolha do título “Flores da Resistência” simboliza a delicadeza e a força dessas mulheres, que enfrentam as adversidades com coragem e determinação. Cada uma delas foi homenageada com o nome da flor que mais aprecia, reforçando a conexão entre sua essência e a simbologia das flores.

As entrevistas foram realizadas ao longo do mês de outubro de 2024, sendo os domingos reservados exclusivamente para as gravações. Cada sessão teve duração aproximada de 15 a 25 minutos, permitindo a coleta detalhada de relatos e vivências das participantes.

Foram realizadas entrevistas com seis mulheres, sendo duas do (PAS) São Luiz, duas do (PAS) São João e duas do (PAS) Mercedina.

Para facilitar o entendimento sobre as mulheres abordadas na pesquisa, segue uma descrição detalhada de suas trajetórias e condições atuais:

Lírio nasceu em 23 de março de 1960 e atualmente tem 64 anos. Ela é pensionista e complementa sua renda com o trabalho de compra e venda de gado em seu lote. Viúva, reside no (PAS) São João com sua filha, genro e netos.

Mussaenda nasceu em 30 de abril de 1960, também com 64 anos. Divorciada, é aposentada e obtém sua renda do arrendamento de suas terras. Vive no assentamento (PAS) São João junto com sua mãe, filha e netos.

Azaleia nasceu em 18 de dezembro de 1947 e tem 77 anos. Casada há mais de 50 anos, é aposentada e complementa a renda familiar com a compra e venda de gado. Reside no assentamento (PAS) São Luiz com seu marido.

Rosa nasceu em 12 de novembro de 1957, atualmente com 67 anos. Viúva e aposentada, ela comercializa os produtos de seu lote na feira municipal de Batayporã-MS. Apesar de morar sozinha no (PAS) Mercedina, sua filha vive no lote lado.

Orquídea nasceu em 11 de novembro de 1987 e tem 37 anos. Casada e mãe, sua renda provém do lote onde trabalha, comercializando produtos na feira municipal de Batayporã, além de atuar na compra e venda de gado, porcos e frangos. Ela também produz peças de crochê sob encomenda, como tapetes e jogos de cozinha e banheiro. Reside no (PAS) Mercedina.

Rosa Branca nasceu em 03 de agosto de 1946 e tem 78 anos. Amasiada, mora com seu cônjuge no (PAS) São Luiz. Aposentada, complementa sua renda com a comercialização de frangos e ovos provenientes de seu lote e o arrendamento para pastagens.

Esses relatos evidenciam as diferentes formas de organização familiar e de subsistência que caracterizam a vida das entrevistadas.

A história oral, portanto, não apenas amplia a compreensão dos processos históricos, mas também desafia os silenciamentos históricos, ao ressaltar a importância das mulheres como agentes ativos na construção de uma história mais plural e representativa. Assim, a pesquisa busca valorizar as mulheres dos assentamentos, reconhecendo-as como protagonistas das lutas por justiça social e emancipação.

Destaca Antonio Cesar de Almeida Santos (2023, p. 03):

A história oral deve ser entendida como um método capaz de produzir interpretações sobre processos históricos referidos a um passado recente, o que, muitas vezes, só é dado a conhecer por meio de pessoas que participaram ou testemunharam algum tipo de acontecimento.

O autor enfatiza o papel das memórias individuais e coletivas na construção de uma história mais completa e plural. Através da história oral, é possível acessar vivências e perspectivas que não são registradas em fontes documentais tradicionais, permitindo que vozes marginalizadas, como as mulheres rurais, possam ser retratadas e compreendidas dentro de seu contexto histórico

Esse tipo de abordagem não apenas recupera memórias esquecidas, mas também contribui para a desconstrução das narrativas dominantes, possibilitando uma análise mais profunda das experiências de grupos historicamente oprimidos e dando um novo olhar sobre os processos de resistência e transformação social.

3 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, emergiu como uma resposta contundente às profundas desigualdades sociais e à concentração fundiária no Brasil, questões históricas que marcaram a estrutura agrária do país. Inserido no contexto da redemocratização, o MST se configurou como um movimento de resistência e mobilização, impulsionado pela necessidade de garantir o acesso à terra para as camadas mais empobrecidas da população rural, especialmente os trabalhadores sem-terra.

Segundo Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Pereira Leite (2004), sua criação foi uma reação à continuidade das injustiças agrárias, após décadas de regimes autoritários que perpetuaram o latifúndio e a marginalização das populações camponesas. Com uma agenda de reforma agrária e a promoção da justiça social, o MST buscou não apenas a distribuição de terras, mas também a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais inclusivo e sustentável, destacando-se como uma das organizações mais significativas do movimento rural.

Bernardo Fernandes Mançano (2000) destaca que o (MST) surgiu como uma resposta às injustiças do sistema agrário brasileiro, buscando promover a reforma agrária como um instrumento de justiça social e de reorganização das dinâmicas no campo. De acordo com o autor, a luta do movimento foi fundamental para a mobilização dos trabalhadores rurais, particularmente nas ocupações de terras improdutivas, orientadas pela redistribuição fundiária e pela transformação das relações sociais no meio rural. O MST, ao buscar a reforma agrária, não se limitou à posse da terra, mas promoveu uma visão de desenvolvimento territorial mais inclusiva

O Município de Batayporã está localizado na região sudeste do estado de Mato Grosso do Sul, na Microrregião Geográfica de Nova Andradina. A cidade fica a 302 km da capital do estado (Campo Grande). Sua população estimada é de 10.712 habitantes (IBGE, 2022).

Nos Projetos de Assentamentos de Batayporã - MS, como (PAS) São Luiz, (PAS) São João e (PAS) Mercedina, as terras, muitas vezes subutilizadas, foram redistribuídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

As primeiras ocupações no município de Batayporã tiveram início nas terras da Fazenda São Luiz, de propriedade de Sérgio Luiz Teixeira. Arrendatários que possuíam contratos com o proprietário enfrentaram o rompimento dos acordos estabelecidos e, indignados, recusaram-se a deixar as terras. Esse contexto desencadeou uma série de conflitos na região.

Tânia Paula da Silva (2004) analisa os conflitos envolvendo a fazenda São Luís, que se tornaria o ponto de partida para a formação dos Projetos de assentamentos (PAS) São Luís, (PAS) São João e (PAS) Mercedina.

A autora destaca que ao perceber a possibilidade de desapropriação da área para fins de reforma agrária, o fazendeiro buscou dificultar o processo. Para isso, ele desmembrou a fazenda São Luís, que originalmente possuía 3.259 hectares, em três propriedades menores: São Luís, com 1.600 hectares, São João, com 856 hectares, e Mercedina, com 803 hectares.

De forma estratégica, o senhor Teixeira como era popularmente conhecido registrou as áreas menores em nome de seus irmãos, João e Mercedina, alegando que as terras faziam parte de heranças familiares. Essa manobra tinha como objetivo inviabilizar a desapropriação, já que, ao serem subdivididas, as propriedades passariam a ser consideradas pequenas e, portanto, não seriam

elegíveis para a reforma agrária, de acordo com os critérios legais da época.

A autora alega que a tentativa de desmobilização, não enfraqueceu a luta dos trabalhadores rurais. Pelo contrário, serviu como um estímulo adicional para fortalecer a organização dos ex-arrendatários, do MST e da FETAGRI. A determinação coletiva garantiu não apenas a ocupação da fazenda São Luís, mas também das áreas desmembradas, resultando, após anos de resistência e violência, na conquista definitiva das três fazendas e na formação dos assentamentos. A autora destaca a importância da pluralidade de lutas que combinavam a experiência dos ex-arrendatários com a organização e mobilização do MST e da FETAGRI.

No entanto, a construção dessas novas comunidades, embora centrada na redistribuição de terras, envolveu também processos complexos de organização social e econômica, nos quais o papel das mulheres, embora essencial, ficou à margem das narrativas históricas.

Bernardo Mançano Fernandes (2008) analisa a questão agrária no Brasil, ressaltando que os conflitos sobre a terra transcendem a simples disputa por recursos, refletindo, na verdade, disputas de poder e controle social. Segundo o autor, essas disputas não são homogêneas, pois afetam de maneira desigual os diversos atores envolvidos, com as classes dominantes buscando manter seu poder sobre a terra, enquanto as camadas populares, especialmente os trabalhadores rurais, enfrentam marginalização e exclusão.

O autor argumenta que essas tensões revelam as profundas desigualdades estruturais do país, em que a concentração fundiária se traduz não apenas em uma questão econômica, mas também em uma questão política e social, afetando diretamente as relações de classe e a distribuição da justiça social.

4 HISTÓRIA E INVISIBILIDADE DAS MULHERES NO CAMPO

Debater sobre gênero e classe é essencial para entender como as desigualdades se estruturam e se perpetuam ao longo da história. Essas categorias não operam de forma isolada, mas se cruzam, influenciando o modo como diferentes grupos experimentam opressões. No contexto das mulheres rurais, essa discussão se torna ainda mais importante, pois a combinação entre a exploração econômica e o patriarcado resulta em múltiplas formas de invisibilização. Ao abordar gênero e classe, é possível compreender que essas mulheres não enfrentam

apenas a luta pelo acesso à terra, mas também pela valorização de seu trabalho e reconhecimento de seus direitos.

Mary Del Priore em sua obra “A mulher na história do Brasil “ (1994) revela de forma contundente como as dinâmicas de gênero e classe se entrelaçam na marginalização histórica das mulheres, especialmente ao evidenciar o apagamento das mulheres negras, brancas pobres e o ideal de feminilidade restrito às mulheres da elite. A autora expõe que a historiografia brasileira, por muito tempo, construiu uma narrativa centrada no protagonismo masculino, relegando as mulheres a uma posição de subalternidade e silêncio, como se sua participação social e política se limitasse ao espaço doméstico, associado à figura da mulher recatada e submissa.

A autora também ainda destaca a importância de desconstruir os estereótipos femininos que silenciam os papéis históricos das mulheres, afirmando (1994, p. 11):

Para romper com a silenciosa paisagem dos estereótipos femininos, fundada na negação dos papéis históricos representados por mulheres, faz-se necessário rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso mais repetido. Só assim podemos libertar as imagens femininas do olhar que só as vê contraditórias, pois pensar o 'por quê' e o 'para quê' de uma história da mulher brasileira significa abandonar as polarizações, e deixar emergir a memória de tensões entre os papéis masculinos e femininos, vislumbrando além de seus conflitos e complementaridades, o tecido mesmo da narrativa histórica.

Essa perspectiva enfatiza a necessidade de uma abordagem crítica e cuidadosa que permita evidenciar a complexidade das experiências femininas na construção da história brasileira, sendo fundamental para compreender o duplo processo de exclusão enfrentado pelas mulheres: de gênero e de classe. Enquanto as mulheres da elite eram idealizadas como dignas do matrimônio, as mulheres pobres e negras, por sua condição social e racial, eram ainda mais invisibilizadas, tanto nas esferas públicas quanto nas narrativas históricas.

Esse padrão de exclusão histórica e social também se manifesta nas mulheres rurais dos assentamentos, como evidenciado em pesquisas contemporâneas sobre reforma agrária. As mulheres dos assentamentos rurais, em sua maioria, enfrentam uma tripla marginalização: como mulheres, como trabalhadoras rurais e, muitas vezes, como pertencentes a camadas populares. Segundo Maria Ignez Paulilo (2004), a luta dessas mulheres no campo não se resume à busca por terra, mas à afirmação de sua identidade e ao reconhecimento de seu papel como protagonistas na construção da história de resistência.

No contexto dos assentamentos rurais, como os de Batayporã-MS, evidencia como essas mulheres desafiam a narrativa histórica tradicional. O trabalho agrícola, que durante séculos foi associado ao homem como o provedor e à mulher como ajudante secundária. Afirma Anita Brumer e Maria Ignez Paulilo em, (2004, p. 210):

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda', mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

No entanto, esse reconhecimento ainda enfrenta resistências, pois o imaginário social continua marcado pelo ideal de feminilidade domesticada. A própria formação dos assentamentos, marcada por conflitos fundiários e disputas por direitos, historicamente não reconheceu de imediato as mulheres como chefes de família ou titulares de terra, reflexo do mesmo silenciamento apontado por Mary Del Priore (1994).

Desde o início dos movimentos de ocupação e a construção dos barracos de lona, as mulheres estiveram presentes, seja atuando diretamente nas ações coletivas ou indiretamente, desempenhando papéis estratégicos na manutenção das famílias. O cenário dessas ocupações são marcados por extrema precariedade, configurando um espaço paradoxal: enquanto as famílias lutavam para transformar a terra em propriedade de alguém, esta permanecia, simbolicamente, uma "terra de ninguém". Nesse contexto, emergem questões fundamentais, como o dilema de como reivindicar direitos em uma ocupação que, juridicamente, ainda não os reconhece. As relações de conflito entre fazendeiros e as famílias do movimento intensificaram as incertezas e os riscos, colocando as mulheres em situações de constante adaptação e resistência.

Uma das dificuldades enfrentadas era o sustento das famílias e a precariedade dos barracos de lona. Em dias de intempéries, as famílias se viam em condições de muita dificuldade. Destaca a entrevistada Rosa branca² (nome fictício): *"Muito difícil, era muito ruim pra cozinhar, pra... Quando vinha os temporal, arrancava tudim as lona."*

O relato de Rosa Branca evidencia alguns dos desafios enfrentados no cotidiano, ressaltando as condições precárias e a luta diária pela sobrevivência

² Considerando-se o título do artigo, as interlocutoras recebem neste texto o nome de flores

durante o processo de formação dos assentamentos.

Mussaenda (nome fictício) também relata as dificuldades que enfrentou: *"Era difícil, muito complicado, por que... lavar roupa tinha que puxar água no poço, sem luz, sem energia... a gente trabalhava o dobro né?!"*.

Além das tarefas domésticas, Mussaenda menciona que as mulheres também precisavam trabalhar fora, enfrentando jornadas duplas e condições precárias. Seu depoimento evidencia a sobrecarga de responsabilidades que recai sobre as mulheres, que além de cuidarem do lar, trabalhavam para o sustento de seu lar.

É importante destacar que o cuidado do lar, muitas vezes desvalorizado e invisibilizado, representa uma forma de trabalho não remunerado que sustenta a vida cotidiana, mas é visto como uma "obrigação natural" das mulheres. Por outro lado, o trabalho para o sustento do lar, remunerado ou não, demonstra a necessidade de as mulheres contribuírem financeiramente enquanto continuam desempenhando, quase exclusivamente, as tarefas domésticas. Essa dupla jornada revela uma divisão de responsabilidades desigual e injusta.

Antes de ingressarem no movimento, cinco das seis entrevistadas trabalhavam fora para o sustento da família, muitas delas realizando diárias em fazendas locais, como já mencionado. Outras buscavam emprego nas chamadas "casas de família" na cidade, desempenhando trabalhos domésticos como forma de garantir o sustento do lar enquanto seus cônjuges participavam ativamente do movimento e das disputas por terras.

Lírio (nome fictício) relata ter sido contemplada com seu lote por já residir na fazenda que, posteriormente, deu origem ao assentamento São João. Em suas palavras: *"Consegui te o meu lote por que nois morava na fazenda que foi dividida, hoje é o São João... né!? Mas a gente teve a sorte de pode fica na casa que nois morava e assim construir nossa casa, fura o poço e depois ir pra lá."* Seu depoimento revela não apenas o vínculo histórico e afetivo com a terra, mas também a continuidade de um processo de pertencimento e enraizamento, em que a permanência no local e as melhorias gradativas representam conquistas fundamentais na luta pela moradia e dignidade no campo.

Azaleia (nome fictício), por exemplo, optou por contribuir de forma indireta, priorizando a estabilidade familiar e a educação dos filhos: *"Trabalhava em casa de família e sustentava a casa. A gente tinha casa aqui em Amandina e não queria deixar meus filho pequeno naquelas dificuldade... mas um dos meu filho*

acompanhou o pai e passou toda a dificuldade junto dele ainda pequeno, moleque... rapaiz"

Azaleia destaca o dilema enfrentado entre a participação direta na luta e a necessidade de manter a estabilidade familiar, refletindo estratégias de resistência que, embora menos visíveis, foram igualmente essenciais para a manutenção do movimento.

O distrito de Amandina, mencionado por Azaleia, pertence ao município de Ivinhema, Mato Grosso do Sul. Segundo o IBGE (2022), Ivinhema possui uma população de aproximadamente 27.821 habitantes. A distância estimada entre Amandina e os assentamentos rurais de Batayporã é de aproximadamente 64,9 km conforme indicado pelo Google Maps.

Muitas mulheres levantavam uma renda extra dentro e fora de seus lotes, trabalhando como boia-fria em propriedades ao redor do assentamento que precisavam de mão de obra. Essas mulheres, além de desempenharem as tarefas domésticas e o trabalho nas terras de seus próprios lotes, eram fundamentais para a manutenção das atividades agrícolas em outras áreas. O trabalho externo, muitas vezes em condições precárias e com baixos salários, representava uma estratégia de sobrevivência e um complemento necessário para sustentar suas famílias, além de evidenciar sua contribuição essencial para a economia local.

Relata Rosa (nome fictício): *"Trabaiava de boia fria... era capina, panhano godão, rancano feijão, o que tivesse na frente."*

O relato de Rosa destaca a dureza do trabalho rural, realidade enfrentada por muitas mulheres no campo, que desempenham múltiplas funções para garantir o sustento da família. A expressão "o que tiver na frente" evidencia a necessidade de adaptação e resiliência diante das demandas do trabalho, refletindo a força e a dedicação características de sua trajetória.

A autora Silvia Federici (2017), ao discutir a relação entre gênero, trabalho e capitalismo, enfatiza a invisibilização do trabalho reprodutivo e seu papel central na sustentação das estruturas econômicas:

A redefinição do trabalho das mulheres como um recurso natural, não mais um trabalho, mas uma função, foi um dos pilares sobre os quais se assentou a exploração capitalista, e a chave para a acumulação de capital. A depreciação do trabalho das mulheres no lar tornou-se, assim, a condição para a produtividade dos trabalhadores assalariados e para a acumulação do capital" (Federici, 2017, p. 37).

Essa multiplicidade de papéis reflete a apropriação sistêmica do trabalho feminino, que sustenta não apenas o núcleo familiar, mas também as estruturas econômicas e sociais do assentamento. No entanto, esse trabalho é frequentemente invisibilizado e desvalorizado, reproduzindo a lógica patriarcal que Silvia Federici denuncia.

Conforme destaca Joan Scott (2016, p. 52), “as relações de gênero são constitutivas da organização social”, refletindo o impacto profundo que essas relações exercem nas estruturas sociais e nas dinâmicas de poder. No contexto das mulheres rurais, essa afirmação se torna ainda mais evidente, pois elas ressignificam seus papéis tradicionais ao se tornarem protagonistas de suas próprias histórias.

Ao analisar a trajetória de vida dessas mulheres, é possível perceber como elas desafiam normas de gênero preestabelecidas, reconfigurando o espaço social em que vivem. Sua atuação nas ocupações de terra e nos assentamentos, por exemplo, revela não apenas sua resistência às condições de precariedade, mas também o fortalecimento das mulheres dentro de contextos historicamente marcados por desigualdades e invisibilidade. Essas mulheres, ao reconfigurar seus papéis, contribuem de maneira decisiva para a construção da história e para a transformação das relações sociais em suas comunidades.

Quando questionada sobre a união entre as mulheres nos assentamentos rurais, Rosa (nome fictício), destaca uma vizinha em específico, cuja solidariedade marcou profundamente sua vida: *"Com ajuda da vizinha aí de frente... a sorte minha foi ela... agradeço a Deus todo dia, só Deus pra pagar o que ela fez por mim."*

Rosa relata que o lote demorava a gerar renda suficiente a partir do que era plantado, tornando o trabalho extra fora da propriedade essencial para complementar o sustento da família. No entanto, mesmo com esses esforços, as dificuldades permaneciam constantes. Seu depoimento evidencia não apenas os desafios enfrentados, mas também a importância das redes de apoio entre as mulheres, cuja cooperação e solidariedade foram fundamentais para a sobrevivência e resistência coletiva durante o processo de formação dos assentamentos.

4 O PROTAGONISMO FEMININO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS E

SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL/REGIONAL

O protagonismo econômico das mulheres nos assentamentos rurais, evidenciado por sua participação ativa em feiras locais, representa uma faceta essencial de sua autonomia. Essa atuação transcende a mera geração de renda, pois reflete a capacidade dessas mulheres de se organizar coletivamente, ocupando espaços que historicamente lhes foram negados.

Conforme discutido por Andrea Butto *et al.* (2014), a participação produtiva feminina está diretamente relacionada ao fortalecimento de sua autonomia e bem-estar, uma vez que a inserção econômica reposiciona o poder de decisão dessas mulheres no contexto familiar e social. As feiras, além de serem locais de comercialização, tornam-se arenas de fortalecimento da identidade e da coesão social, onde práticas de auto-organização se conectam à luta por direitos e reconhecimento. Essa dinâmica reforça a importância da organização produtiva e da inserção política das mulheres, evidenciando que a participação econômica é intrinsecamente ligada ao fortalecimento de suas vozes e ao avanço de sua emancipação dentro e fora do contexto rural. Afirma a autora:

Dimensionar o significado do acesso à renda passa por analisar a participação das mulheres na divisão das despesas familiares. A conquista da autonomia influenciou em seu bem-estar, aqui entendido como mudanças que interferem positivamente nas condições individuais das pessoas e reposicionam seu poder de negociação no interior da família. Já que as decisões familiares são balizadas por fatores externos, neste caso específico, houve reposicionamento das mulheres a partir da conquista da renda (Andrea Butto *et al.*, 2014, p. 52).

O acesso à renda desempenha um papel fundamental na construção da autonomia das mulheres nos assentamentos rurais. Esse processo vai além da simples geração de recursos financeiros, promovendo mudanças significativas nas dinâmicas familiares e na percepção do poder de decisão dessas mulheres. Conforme argumentam Andrea Butto *et al.* (2014), a conquista da renda não apenas amplia a capacidade feminina de contribuir para as despesas domésticas, mas também reposiciona seu papel social e familiar, fortalecendo sua negociação dentro das relações interpessoais.

A autonomia financeira das mulheres é uma ferramenta poderosa para a

transformação de suas condições de vida, desafiando estruturas de subordinação e redefinindo a noção de bem-estar. Segundo Maria Ignez Paulilo (2004), no contexto rural, essa transformação só ocorre plenamente quando as mulheres têm acesso a oportunidades produtivas e reconhecimento de seu trabalho, o que impacta não apenas o núcleo familiar, mas a comunidade como um todo.

No entanto, é crucial destacar que essa emancipação não ocorre isoladamente. Embora o acesso à renda seja uma conquista essencial, ele precisa ser acompanhado de mudanças estruturais e culturais que assegurem a sustentabilidade dessa autonomia, Silvia Federici (2017). A ideia expressa é que, embora o acesso à renda seja um passo importante para a emancipação das mulheres, ele sozinho não é suficiente sem transformações mais amplas na estrutura social e cultural.

Portanto, o acesso à renda é mais do que um meio econômico: é um dos catalisadores de mudanças profundas, capaz de reposicionar as mulheres no centro das decisões familiares e sociais. Contudo, para que essa autonomia se consolide plenamente, é necessário que sejam implementadas políticas públicas e iniciativas que fortaleçam a igualdade de gênero em todas as esferas (Andrea Butto *et al.*, 2014).

A feira municipal de Batayporã - MS tem como nomenclatura Central de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar (Cepaf), batizada com o nome de "Otoniel Felix Monis". Mas popularmente é conhecida como a feira do produtor, localizada na Avenida Brasil no centro da cidade.

Grande parte dos feirantes é composta por mulheres das áreas rurais e dos assentamentos. Elas comercializam uma variedade de produtos provenientes de seus lotes, como carnes de porco, frangos, ovos, hortaliças, legumes e derivados agropecuários, incluindo queijos, requeijões e mussarelas. Além disso, apresentam itens produzidos de forma artesanal, como peças de tricô, crochê e bordados. Essa feira não apenas fortalece a economia local, mas também evidencia o protagonismo feminino, destacando a importância dessas mulheres na preservação das tradições e no desenvolvimento sustentável da comunidade.

Essas atividades não apenas contribuem para a geração de renda familiar, mas também fortalecem sua autonomia financeira e promovem o reconhecimento da produção local. O apoio técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) tem sido fundamental nesse processo, ao oferecer orientações sobre o

manejo produtivo, a melhoria da qualidade dos produtos e a gestão eficiente dos lotes, visando aumentar a rentabilidade e a sustentabilidade econômica das famílias. É válido ressaltar que das seis mulheres ao qual foram entrevistadas, somente duas delas têm a assistência do SENAR em suas propriedades.

Uma delas é Orquídea (nome fictício), que enfatiza a relevância da assistência técnica oferecida pelo SENAR. Segundo ela, o suporte especializado contribuiu para uma melhoria significativa na produção de seu lote: *"Quando vem a assistência do SENAR aqui pro sítio, pude aprimora o que eu já fazia, né!? Aí tudo que produz, levo pra feira: alface, frango, doce... Faço meu sabão de mamão e limão, que é afamado."*

Seu relato evidencia como o acesso a conhecimento técnico e capacitação impacta diretamente a produção familiar, possibilitando a diversificação das atividades e a geração de renda de forma mais estruturada. A menção ao sabão artesanal, valorizado localmente, demonstra ainda o saber tradicional aliado ao conhecimento técnico, reforçando o papel das mulheres rurais como agentes ativas na economia familiar e comunitária.

bell hooks na obra *Não Sou Eu Uma Mulher: Mulheres Negras e Feminismo* (1981) tradução livre 2014, destaca especificamente o cenário das mulheres negras do Sul dos Estados Unidos, que enfrentam uma dupla opressão: o racismo estrutural e o sexismo, ambos reforçados pelas condições de trabalho desumanas e pela exploração. Ao afirmar que:

nós pobres mulheres negras ganhadoras de salários no Sul estamos lutando uma terrível batalha... por um lado, somos atacadas pelos homens brancos, e por outro lado, somos atacadas pelos homens negros, que deviam ser os nossos protetores naturais; e quer cozinhando na cozinha, a lavar roupa no balde, por cima de máquina de costura, atrás do carrinho de bebê, ou na tábua de passar-a-ferro, nós somos pouco mais que embalagens de cavalos, bestas de carga, escravas! (hooks, 1981 p. 43; tradução livre 2014).

bell hooks evidencia como essas mulheres foram relegadas à margem da sociedade e submetidas a uma exploração constante. Essa análise nos leva a refletir sobre a condição das mulheres rurais no Brasil, que, embora em outro contexto, também se encontram à margem da sociedade, enfrentando opressões de gênero, classe e, principalmente, raça. Assim como as mulheres negras descritas por bell hooks, as mulheres rurais em assentamentos como os de Batayporã - MS carregam o peso de jornadas múltiplas e lutam pelo reconhecimento de seu papel

essencial nas comunidades, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais que precisam ser superadas.

5 A MEMÓRIA COLETIVA COMO FORMA DE VALORIZAÇÃO DAS MULHERES RURAIS

A pesquisa fundamenta-se na utilização da história oral como metodologia central, com o objetivo de resgatar e valorizar as memórias das mulheres rurais entrevistadas. Por meio dos relatos de suas vivências, busca-se evidenciar suas contribuições históricas, sociais e políticas.

A abordagem de gênero está diretamente relacionada à minha trajetória pessoal: sou mulher, sou negra, e reconheço as dificuldades impostas pelo patriarcado e pela sociedade, que, historicamente, silenciaram nossas histórias e lutas. No entanto, é importante destacar que esse silenciamento vem sendo gradualmente contestado, especialmente no campo da historiografia. Autores e autoras como Joan Scott, Mary Del Priore, Chimamanda Adichie e demais autores que destaco ao decorrer da pesquisa, desempenham um papel crucial nesse processo, ao questionarem as narrativas tradicionais e proporcionarem novas formas de compreensão das experiências femininas.

A escrita historiográfica, nesse contexto, tem desempenhado um papel crucial na ampliação do espaço discursivo das mulheres. Atualmente, as mulheres têm conquistado, ainda que de forma gradual, maior visibilidade, superando séculos de apagamento histórico. Esse avanço é impulsionado por políticas públicas e sociais voltadas à promoção da equidade de gênero e à garantia de representatividade.

Como destaca Joan Scott (2011, p. 80):

Reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra a definição de história e seus agentes já estabelecidos como 'verdadeiros', ou pelo menos como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado.

Joan Scott evidencia que o resgate das mulheres na historiografia não é apenas um esforço de inclusão, mas um desafio às estruturas tradicionais que definiram o que deveria ser considerado "histórico". Essas estruturas, marcadas por uma perspectiva androcêntrica, levaram as mulheres à invisibilidade ou às margens dos relatos oficiais, validando apenas narrativas que reforçam o protagonismo

masculino. Ao questionar esses critérios, a historiografia feminista não só amplia o campo de estudo, mas também reconfigura o entendimento sobre o passado, trazendo à tona trajetórias, experiências e contribuições que foram deliberadamente ignoradas. Esse movimento, portanto, exige uma revisão crítica dos métodos, fontes e objetivos da história, reforçando a necessidade de uma memória mais plural e representativa.

Um exemplo marcante dessa reconfiguração é a fala de Mussaenda (nome fictício), mulher solo que trabalha com o arrendamento de suas terras e destaca com firmeza seu papel central na sustentação de sua família e de sua propriedade: *"Eu sou o esteio, a coluna vertebral... sou tudo... sou o homem e sou a mulher da casa."* Mussaenda simboliza a resistência feminina em contextos rurais, onde o protagonismo das mulheres muitas vezes se manifesta na coragem de assumir todas as responsabilidades, desafiando padrões tradicionais de gênero.

As mulheres, mesmo enfrentando inúmeras adversidades, evidenciam a conquista resultante de uma trajetória marcada por lutas e resistências. Como expressa Rosa Branca (nome fictício) : *"Foi muita dificuldade, fia, mas graças a Deus hoje nós tem nosso lote."* Sua fala, carregada de oralidade e autenticidade, não apenas revela os desafios vividos, mas simboliza a vitória alcançada após um longo processo de luta por terra e dignidade. No entanto, é válido ressaltar que, mesmo com a conquista de produzir em suas próprias terras, a luta continua diariamente, seja para plantar, colher ou criar, mantendo viva a resistência no campo.

Orquídea (nome fictício) destaca que a vida no campo é marcada por inúmeros desafios, exigindo esforço e dedicação constantes. Como ela relata: *"Aaah... pranta, colhe e te a criação, tem que te paciência... a lavora pode não produzi, a criação pode fica sem pasto, que vê nesse tempo de seca, não é todos que tem uma ração pra da pro gado e acabada vendeno pra não vê os bicho morre."* Sua fala evidencia a vulnerabilidade das famílias rurais frente às condições sociais e econômicas, ressaltando a necessidade de persistência diante das dificuldades, onde a sobrevivência no campo muitas vezes depende de escolhas difíceis e sacrifícios.

Azaleia (nome fictício) relembra a rotina de trabalho no campo, marcada pelo esforço conjunto com seu esposo, tendo a renda do leite como principal sustento da família. Ela destaca seu envolvimento direto nos cuidados com as vacas leiteiras,

evidenciando os saberes e práticas transmitidas ao longo do tempo. Em seu relato, conta: *"Eu que cuidava das vaca, quando nascia bezerro fraco já quebrava dois ovo na boca pra fortifica."* Sua fala revela o conhecimento empírico aplicado no manejo do gado, demonstrando a importância do saber popular no cuidado com os animais e na garantia da produção familiar.

Atualmente, Lírio (nome fictício) conta com o apoio masculino de seus netos e genro nas atividades diárias do lote, porém o gerenciamento e as decisões formais permanecem sob sua responsabilidade. Como destaca em seu relato: *"Eles cuida do que é nosso... do gadim que nois tem pra vende, mas as decisão e a papelada é comigo, sabe..."* Sua fala evidencia sua posição de liderança e autonomia na gestão do lote, refletindo o protagonismo feminino na organização e no controle das questões administrativas e financeiras, mesmo em um contexto de apoio familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com a categoria de gênero é fundamental para compreender as dinâmicas de poder e as desigualdades que estruturam a sociedade. A análise de gênero permite evidenciar como as relações sociais são historicamente construídas, destacando a forma como as mulheres, em especial, têm sido marginalizadas e sub-representadas em diversos espaços. Essa abordagem contribui para questionar normas e estereótipos que naturalizam a subordinação feminina.

Retratar as vivências e lutas dessas mulheres permite uma compreensão mais aprofundada das formas de resistência que elas desempenham, bem como de seu papel de protagonismo na construção histórica, social e econômica do território. Ao destacar suas experiências, é possível evidenciar como essas mulheres, apesar das adversidades, contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento e a transformação do espaço em que vivem.

As memórias não são apenas recordações do passado, mas são reinterpretadas à luz das experiências atuais. A história oral remonta a tempos ancestrais, sendo um dos mais antigos instrumentos de preservação e transmissão de saberes. Por meio dela, culturas e identidades sociais são construídas e perpetuadas, permitindo que as narrativas individuais e coletivas componham a memória de um povo.

As grandes histórias registradas nos documentos escritos frequentemente

têm origem nesses relatos orais, que oferecem perspectivas diversas e enriquecedoras sobre o passado. Como sabiamente disse minha professora do curso de Licenciatura em História, "pensamos a lápis", pois o conhecimento está em constante transformação, sendo ressignificado a cada novo olhar, experiência e reflexão. Assim, a história oral não apenas amplia o acesso a fontes diversas, mas também reafirma a importância de valorizar as vozes e memórias como parte essencial da construção do conhecimento histórico.

Um ponto a ser destacado nas falas ouvidas é que, mesmo diante de inúmeras dificuldades, essas mulheres mantêm sua fé viva, expressando gratidão pelo que conquistaram ao longo dos anos. Elas reconhecem as adversidades, mas também celebram as vitórias, por menores que sejam. A carga de sabedoria entre essas mulheres é rica e notória, refletindo não apenas o saber empírico adquirido ao longo da vida no campo, mas também o apoio mútuo, a solidariedade e o aprendizado coletivo. Esse conhecimento compartilhado, muitas vezes transmitido de geração em geração, é fundamental para a sobrevivência e a resistência cotidiana no ambiente rural.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL (AGRAER). **Elaboração de projetos de Fomento Mulher são feitos nos Projetos de Assentamentos (PAS) São Luiz e (PAS) Mercedina em Batayporã**. Disponível em:

<https://www.agraer.ms.gov.br/elaboracao-de-projetos-de-fomento-mulher-sao-feitos-nos-assentamentos-sao-luiz-e-mercedina-em-bataypora/>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Consultar assentamentos aptos à titulação**. Disponível em: [https://www.gov.br/incra\]\(https://www.gov.br/incra](https://www.gov.br/incra](https://www.gov.br/incra). Acesso em: 07 jun. 2024.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. **As agriculturas do sul do Brasil. Revista Estudos Feministas**. vol. 12. n. 01. Florianópolis. Jan./Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21697.pdf> . Acesso em 25 nov. 2024.

BUTTO, Andréa; FARIA, Nalu; HORA, Karla; DANTAS, Conceição; NOBRE, Miriam (organizadores). **Mulheres rurais e autonomia: formação e integração para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p. Capítulos 3, 4, 5 e 6. ISBN

978-85-8354-001-4.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). **Dicionário crítico de gênero**. Curitiba: CRV, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, Antônio Marcos (org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008. p. 173-224.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: trabalho doméstico reprodutivo e a subordinação das mulheres. 2. ed. São Paulo: Editora Mulher, 2017.

GOOGLE. Google Maps. **Distância entre Amandina e os assentamentos rurais de Batayporã**. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 22 Jan. 2025.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo**. Tradução livre para a Plataforma Gueto. 1ª ed. 1981.

LAZZARETTI, Vanessa. **Ressignificar para reconhecer: o feminismo camponês e popular no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2021. 115 f.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio Pereira (orgs.). **Assentamentos rurais, mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2sNO265thIAC&oi=fnd&pg=PA7&dq=assentamentos+rurais&ots=96LIRX-bXg&sig=5mseLSrNDAPUBZ3eruDoFjeiMt8#v=onepage&q=assentamentos%20rural=false>. Acesso em: 25 out. 2024.

MORAES, Cláudia. **Protagonismo feminino e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010.

MORAES, Cláudia. **Mulheres, Territórios e Conflitos**: o papel das mulheres nas lutas pela terra. Editora Vozes, 2015.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: UFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: o trabalho e as relações de gênero no campo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **FONTES ORAIS: TESTEMUNHOS, TRAJETÓRIAS DE VIDA E HISTÓRIA**. 2023. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhotrajetoriasdevidaehistoria.pdf>. Acesso

em: 13 dez. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 7-24, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero e História**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

SILVA, Maria José. Assentamentos rurais e organização comunitária: o papel das mulheres no Mato Grosso do Sul. **Revista Estudos do Campo**, v. 14, n. 3, 2006.

SILVA, Tânia Paula da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/MS, 2004. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/DissertacaoTANIA.pdf>. Acesso em: 22 Jan. 2025.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **História oral e memória: contribuições para o debate metodológico**. São Paulo: Contexto, 2010.